



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/09/2014

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniram-se os seguintes membros do Colegiado presentes à reunião: **Pelo segmento dos Usuários** – Sr. Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Sra. Ianê Germano de Andrade (Instituto Afro Brasil Cidadão - IABC); Sra. Iêda Maria Lucas Ciriaco (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); Sra. Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Sra. Sônia Rabello (Federação das Associações de Moradores do município do Rio de Janeiro); Sr. Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Sr. Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Sra. Sonia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Sr. João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Sr. Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); Sr. Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e Sr. Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). **Pelo segmento dos Profissionais de Saúde** – Sra. Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ), Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ), Sra. Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do município do Rio de Janeiro - SINDENFRJ); Sr. José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do município do Rio de Janeiro - SINMED) e Sr. Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). **Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – Sra. Angela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Sr. Rosemberg Pinheiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde iniciou-se tendo como pauta: **1) Deliberação das atas de 10/06 e 15/07/2014; 2) Deliberação dos processos: 09/001722/2014. Assunto: Descredenciamento do Hospital Evangélico - CDS AP 2.2; 09/002573/2014. Assunto: Cadastramento do Serviço de Residência Terapêutica Tipo II, localizado na Rua Piraquara, 839 - Realengo - CDS AP 5.1; 09/000816/2014. Assunto: Habilitação de 08 leitos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal Tipo III, do Hospital Federal dos Servidores do Estado - CDS AP 1.0; 09/001085/2014. Assunto: Habilitação de 12 leitos como Unidade de Cuidado Intermediário Convencional (UCINco) do Hospital Federal dos Servidores do Estado - CDS AP 1.0; 3) Palestra sobre Doenças Órfãos - Portaria do Ministério da Saúde nº 199/2014 - 50 minutos; 4) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos; 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos; 6) Informes da**

Secretaria Executiva do Conselho - **10 minutos**; 7) Informes do Colegiado - **30 minutos**. O **Secretário Executivo e Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-RJ), David Salvador de Lima Filho**, inicia a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, em segunda chamada e informa que há quórum para que a reunião seja iniciada. Informa que a coordenação da Mesa será composta pelos **Conselheiros Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (usuário), Sonia Regina G. da Silva (usuário), Miriam Andrade de Souza Lopes (profissional de saúde) e, no lugar de Patrícia de Albuquerque Ferreira (gestor) estará ele mesmo, o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, uma vez que a Conselheira não pôde estar presente à reunião. Disse que o **presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-RJ) e Conselheiro Daniel Ricardo Soranz Pinto**, informou que está tentando chegar a tempo para a reunião mas que não sabe se será possível uma vez que está cumprindo agenda no Morro do Alemão e, sendo assim, é convocado para compor a Mesa em seu lugar o seu substituto, **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** para representá-lo à Mesa. Passa a palavra ao Conselheiro Geraldo Batista, coordenador da reunião. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e substituto do presidente** lê a pauta da reunião, descrita acima. Pede quem deseja dar informes que o faça agora uma vez que não serão aceitos informes de última hora. Pergunta se todos estão esclarecidos quanto à pauta. Coloca a pauta em votação. Fala que como não há nenhum voto contra e nenhuma abstenção a mesma está aprovada. Diz que, sendo assim, passa-se à leitura dos processos do Item 2 e diz que eles serão postos para aprovação em bloco. Passa-se ao Item **2) Deliberação dos processos: 09/001722/2014. Assunto: Descredenciamento dos serviços de hemodiálise do Hospital Evangélico - CDS AP 2.2; 09/002573/2014. Assunto: Cadastramento do Serviço de Residência Terapêutica Tipo II, localizado na Rua Piraquara, 839 - Realengo - CDS AP 5.1; 09/000816/2014. Assunto: Habilitação de 08 leitos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal Tipo III, do Hospital Federal dos Servidores do Estado - CDS AP 1.0; 09/001085/2014. Assunto: Habilitação de 12 leitos como Unidade de Cuidado Intermediário Convencional (UCINco), do Hospital Federal dos Servidores do Estado - CDS AP 1.0** - O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que a Comissão Executiva recebeu, analisou e aprovou os encaminhamentos dados pelos Conselhos Distritais de Saúde, referentes a cada processo. O **Conselheiro Jackson Caiafa, representante da Associação Carioca de Diabéticos - ACD**, diz que em relação ao descredenciamento da Clínica de hemodiálise do Hospital Evangélico sabe que foi a pedido do próprio Hospital, mas que todos conhecem a situação dos pacientes renais crônicos, dialíticos em todo o Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Fala que com este descredenciamento mais de cem pacientes ficarão desassistidos e que o Conselho Municipal de Saúde (CMS-RJ) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) deveriam se interessar pela situação que eles passarão a viver e pergunta se esses pacientes já tem lugar para fazerem sua hemodiálise. O **coordenador da Mesa** fala que a decisão de descredenciamento partiu do hospital e foi acatada pelo Conselho Distrital de Saúde daquela região e que, sendo assim, acredita que este Conselho Distrital tenha tomada todas as medidas para que esses pacientes não estejam desassistidos. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que todos os pacientes foram devidamente remanejados para outras unidades e que isto consta no processo encaminhado pelo CDS da AP 2.2. O **Conselheiro Marinaldo Silva, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI**, diz que estava presente à reunião da Comissão Executiva quando este processo foi analisado e que nesta reunião soube que este era um serviço terceirizado e que perguntou nesta mesma reunião, o que poderia ser feito a respeito de uma clínica que se cadastra para um serviço e o terceiriza. Lembra que isso vai contra a um Projeto de Lei existente na Câmara Federal, que trata da terceirização da terceirização. Fala que a decisão do hospital está sendo

homologada pelo Conselho Municipal de Saúde sem que este responsabilize a empresa que foi contratada para fazer este serviço e não o fez. Pergunta o que o Conselho Municipal de Saúde pode fazer para que haja esta responsabilidade. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que no dia desta reunião, uma representante da Secretaria Municipal de Saúde informou que todos os pacientes haviam sido remanejados corretamente. Informa que a Secretaria Executiva pedirá que esta informação seja completada para que todos saibam para onde foi feito este remanejamento e que esta resposta será passada ao pleno do Conselho Municipal de Saúde. Fala que são duas questões sendo uma delas em saber aonde estão os pacientes atendidos anteriormente por esta unidade e a outra é saber qual a medida do Conselho Municipal de Saúde deve tomar para que este tipo de terceirização não ocorra. Fala que infelizmente, se a unidade não quer mais prestar determinado serviço, não há o que se possa fazer. O **Conselheiro Marinaldo Silva** pergunta se o contrato que está sendo desfeito não deveria ser cumprido e entende que a Secretaria Municipal de Saúde tem a responsabilidade de exigir o cumprimento destes contratos. O **coordenador da Mesa** fala que estes questionamentos devem ser feitos ao Conselho Distrital que acompanhou o processo de perto e a Comissão Executiva acata o que o Conselho Distrital encaminhou. A **Conselheira Miriam Andrade, representante do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro** fala que existe um parecer do Conselho Distrital da AP 2.2 que está escrito que *"em vinte e quatro de junho, às folhas dois, o supervisor do SUS, Senhor Ubirajara Ferreira informa que em contato telefônico com a unidade foi informado que todos os pacientes SUS e não SUS foram transferidos para outras unidades e que o serviço não estava desativado. Estranhamos que o contato tenha sido feito via telefone, pois a visita tem sido sempre presencial e lavrado o Termo de Visita"*. Fala que nota-se que os Conselheiros foram à unidade e que mesmo assim houve uma conversa telefônica. Diz que este processo veio para o Conselho Municipal de Saúde para que este descredenciamento fosse homologado uma vez que o Conselho Distrital já havia acatado o descredenciamento já que o contrato não vinha sendo cumprido. Diz que entende que, após este descredenciamento, pode ser encaminhado para a direção desta unidade para que se saiba para onde foram os pacientes que eram atendidos nesta unidade. Fala que este encaminhamento deve ser feito para que se tenha esta resposta e que isto é uma resposta ao usuário. Afirma que a homologação deste processo deve ser feita uma vez que se não o fizerem a unidade continua a receber recursos mesmo sem prestar o serviço. **Conselheiro que não se identificou** pede para falar e o **coordenador da Mesa** fala que o debate se estendeu e, o que estava sendo analisado era a aprovação ou não do processo de descredenciamento e que isso já foi feito e que, sendo assim, deve-se iniciar a votação. O **Conselheiro Jackson Caiafa, representante da Associação Carioca de Diabéticos** pede questão de Ordem e fala que se não houver a orientação adequada pelo Conselho Municipal de Saúde, a votação ocorre de forma errada. Fala que todas as diálises do Estado do Rio estão ligadas a duas empresas e que, mesmo nas clínicas credenciadas, estas diálises são feitas por esses grupos. Fala que a saída de uma determinada unidade só por não interessar mais a esse grupo naquele momento deve ser muito bem analisada. O **coordenador da Mesa** fala que isso já foi colocado e que a coordenação da Mesa deve ser respeitada e que o processo deve ser posto em votação. Há um burburinho no auditório. O **coordenador da Mesa** fala que o encaminhamento diz respeito ao processo e que qualquer coisa diferente deve ser feita por escrito à Secretaria Executiva do Conselho. O **coordenador da Mesa** põe em votação os processos indagando ao pleno se os mesmos podem ser votados em bloco. Diz que a maioria aprovou e que, sendo assim, põe em votação a aprovação dos processos citados. **Resultado da votação: Todos os processos foram aprovados pela maioria simples, com uma abstenção.** Passa-se ao próximo ponto: **3) Palestra sobre Doenças Órfãs - Portaria do Ministério da**

Saúde nº 199/2014 - O **coordenador da Mesa** fala que o Doutor João Gabriel fará esta apresentação e que a coordenação da Mesa dará lugar a ele neste momento. A **Conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa, representante da Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM** se apresenta e agradece ao Conselho Municipal de Saúde pela oportunidade de estar realizando esta palestra e lembra que já solicitou que a referida Portaria fosse divulgada a todos os Conselheiros. Fala que, por causa da necessidade de implementação de políticas públicas referente a **doenças raras**, este é um tema de muita importância para todos. Diz que as pessoas costumam achar que nunca irão encontrar ninguém que tenha uma doença rara mas que isso é muito mais comum do que se pensa, uma vez que existem 15 milhões de brasileiros que tem doenças raras. Afirma que a maioria das doenças raras não tem cura mas tem tratamento e que para que este tratamento ocorra é preciso que haja o diagnóstico correto. Lembra da importância da melhoria da qualidade de vida desses pacientes. Reitera que a Portaria nº 199/2014 que deve ser difundida e que confia na atuação do Conselho Municipal de Saúde também nesta função de divulgação e de cobrança da implementação das políticas públicas. Apresenta o Dr. João Gabriel, que falará sobre as "doenças raras" e sobre a referida Portaria. O **Dr. João Gabriel Lima Dawyer**, se apresenta e agradece o convite para estar ali. Informa que é **membro titular de Doenças Raras do Ministério da Saúde** e diz que a apresentação será sobre o panorama brasileiro e mundial das doenças raras, com adendo à Portaria nº 199/2014. Diz que, segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, doença rara é toda aquela que acomete 1/3 pessoas a cada duas mil. Após isso, inicia a palestra e faz a apresentação sobre o assunto. Ao final, todos aplaudem e o **Dr. João Gabriel** pergunta se há alguma dúvida a ser esclarecida. O **coordenador da Mesa** fala que há Conselheiros inscritos para fazerem perguntas. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves, representante do CDS da AP 1.0** pergunta se há obrigatoriedade sobre o teste da orelha, além do teste do pezinho. O **Dr. João Gabriel** explica que esses testes são obrigatórios de serem feitos em recém nascidos. Fala que estes testes detectam que há um distúrbio mas que após é preciso aprofundamento para que se saiba do que se trata. Reitera que este é um exame extremamente válido principalmente quando se trata de doenças raras. O **Conselheiro Carlos Henrique** diz que acredita que a propaganda é a alma do negócio de qualquer coisa, mas que existem projetos maravilhosos que ninguém fica sabendo que existe, a não ser os usuários desses Projetos e cita um Projeto do Maracanã de formação de atletas para pessoas com necessidades especiais e diz ser mal divulgado. Fala que não adianta ter um serviço como este apresentado se a população não souber que ele existe. O **Dr. João Gabriel** informa que este é um serviço que está se iniciando agora, mas que cabe a todos e principalmente as Secretarias de Saúde fazer a divulgação desses projetos e serviços. Fala que se preocupa muito com a divulgação deste Projeto e conta com a colaboração de todos uma vez que esta é uma iniciativa pioneira. Afirma que este é seu objetivo como médico e como ser humano e que não adianta formar um grupo se este grupo não é reconhecido pela sociedade. O **Conselheiro João Menezes, representante do CDS da AP 3.3** pergunta se todas as doenças raras são catalogadas pela medicina. O **Dr. João Gabriel** explica que todos os dias surgem novas doenças e novas doenças raras e que só está semana foram catalogadas mais oito. Fala que é por isso que os diagnósticos são tão importantes e que é assim que elas vão sendo catalogadas. O **Conselheiro João Menezes** pergunta se todos os médicos tem capacidade de diagnosticar uma doença rara. O **Dr. João Gabriel** afirma que não é que, conforme disse anteriormente, a divulgação da Portaria nº 199 também ajuda neste sentido e que todos podem colaborar com essa divulgação. O **Conselheiro João Menezes** pergunta quais os principais sintomas que sinalizam que um paciente tem uma doença rara. O **Dr. João Gabriel** fala que são várias e que, como qualquer doença, cada uma tem um sintoma. O **Conselheiro João Menezes** pergunta qual o encaminhamento do paciente com doença rara tem e se existe

hospital especializado. O **Dr. João Gabriel** fala que este paciente está em todos os lugares e que é preciso olhos atentos dos profissionais para que se faça o encaminhamento correto. Explica que no Estado do Rio de Janeiro não há um local específico para onde esses pacientes sejam levados, mas que em conversa com o Secretário de Estado de Saúde, ficou acertado que doze hospitais serão cadastrados para receber estes pacientes. O **Conselheiro João Menezes** pergunta quanto o governo gasta por ano no tratamento de pacientes com doenças raras. O **Dr. João Gabriel** responde dizendo que é muito dinheiro e que o processo de socialização da saúde é enorme. Afirma que não sabe exatamente quanto, mas que pode afirmar que são muitos milhões com certeza e que é uma conta que poderia ser menor, mas que ainda assim será sempre alta. Explica que os remédios não são produzidos no país e que, infelizmente, ainda não há nem profissional e nem laboratório apto a isso aqui no Brasil. O **Conselheiro Marinaldo Silva**, diz que o Dr. João Gabriel falou em quinze milhões de pessoas afetadas e que isso é quase a população do Estado do Rio de Janeiro, que é de dezesseis milhões. Fala que este parece um número super estimado e pergunta se é desejo dos laboratórios de estarem iniciando uma produção aqui no Brasil de remédios para essas doenças. O **Dr. João Gabriel** fala que os interesses da indústria farmacêutica existe tanto é que já há transferência de tecnologia para dentro do Brasil e que não há demora na entrega dos medicamentos e o que demora é o pagamento desses uma vez que isso depende da Justiça e que, muitas vezes essa Justiça é lenta. O **Conselheiro Geraldo Batista e substituto do presidente do Conselho** pergunta quais as responsabilidades das três esferas governamentais e diz que é preciso que se saiba isso para saber como cobrar cada uma dessas esferas. O **Dr. João Gabriel** fala que a responsabilidade não é só do governo mas de todos. Diz que a Constituição prevê que haja saúde para todos e que o Governo precisa proporcionar a estrutura, começando pelos profissionais. Reitera a importância da criação de um grupo que analise os reais problemas desses pacientes no Estado para que assim possa haver campanha de conhecimento dessas doenças para que haja divulgação no Estado. Diz que a realidade do nosso sistema de saúde é ainda atrasada em relação a outros países e quer o melhor para o país e para o Estado. Fala que quando compara com o exterior é para que o Brasil possa melhorar e saber que há como melhorar. Reitera que esta melhora depende de todos e de cada um. Diz que o Conselho Municipal de Saúde pode ajudar e que cada cidadão também pode. A **Conselheira Maria Clara**, fala que a Distrofia Muscular de Duchene é a doença rara mais comum e que só atinge meninos. Diz que já existe um remédio, em experimento para isso mas somente no exterior e que, apesar deste fazer efeito, os brasileiros atingidos não são beneficiados por não haver esses remédios no país. Afirma que, assim que esses remédios deixarem de ser experimentais e passarem a ser comercializados, os brasileiros entupirão a Justiça com pedidos desse medicamento. Apresenta o grupo de trabalho sobre doenças raras e fala os nomes que aparecem no telão. Sugere que essas informações sejam divulgadas nas áreas programáticas do município uma vez que assim mais pessoas saberão deste trabalho e mais pessoas se tornam multiplicadores. O **coordenador da Mesa** passa ao próximo ponto. **4) Comissão de Educação Permanente** - O coordenador da Mesa chama a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do CDS da AP 3.1 e coordenadora da referida Comissão** para apresentar este ponto. A **Conselheira Maria de Fátima G. Lopes** afirma que esteve em Brasília nos dias quatorze e quinze de agosto, representando na Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, esta Comissão. Diz que houve propostas e que foram determinados pontos para que seja possível a preparação e a realização das Conferências de Saúde. Explica que estas serão coordenadas pelas Comissões de Educação Permanente, Educação em Saúde e Educação Continuada. Conta que foi assinado um Termo de Compromisso. Diz que houve muitos pontos de desafio. Fala que o Estado apresenta muitos dados sobre a Educação Permanente e que houve o entendimento

de que nem sempre esses dados representam a realidade dos municípios. Diz que isso gerou um convite aos municípios para que eles apresentem seus próprios dados e que os representantes do Estado na Plenária Nacional informaram que não há uma Comissão Estadual de Educação Permanente. Fala que é preciso criar uma agenda para o PID e lembra que o prazo para propostas é até quinze de março de dois mil e quinze. Explica que essas propostas devem passar pelos Conselheiros e que desde dois mil e dez a FIOCRUZ faz uma agenda de cursos para todos os Conselheiros do Estado do Rio de Janeiro e que, ainda assim, o número de Conselheiros capacitados é baixo. Fala que há rejeição por parte de alguns Conselheiros em relação às capacitações da FIOCRUZ e que isso se dá uma vez que a leitura dos livros é difícil e as pessoas não querem perder tempo assistindo os filmes. Diz que ainda assim é importante que haja essas capacitações para que todos os municípios participem das formações dos planos da saúde para que todos saibam do que se trata. Fala que os Conselheiros serão obrigados a se capacitar para poder participar da Conferência Nacional uma vez que não se capacitar sugere que o Conselheiro é carreirista e continuísta e que, sendo assim, não serve para ser Conselheiro uma vez que não se preocupa efetivamente com o Controle Social. Explica que essas foram as palavras da coordenadora da Comissão de Educação Permanente do Conselho Nacional de Saúde. Repete que assinou um Termo de Responsabilidade em relação a isso e que os Conselheiros municipais deverão se capacitar para irem à Conferência Nacional de Saúde. Fala que será preciso que cada um encontre um tempo para fazer isso. Informa que todas as propostas e diretrizes foram trazidas para o Conselho Municipal de Saúde e que uma delas é instituir a Comissão de Educação Permanente onde não existe. Lê todos eles. Conta que o representante da FIOCRUZ se comprometeu a vir a uma reunião do Conselho Municipal de Saúde para explicar como serão aplicados esses cursos e quando. Reitera a importância desses cursos para a Conferência Nacional de Saúde. Fala que houve, no último mês, um curso da FIOCRUZ em que nem todos os Conselheiros inscritos participaram mas que o relatório foi enviado e que foi solicitado à FIOCRUZ que fosse aberta outra agenda para o Conselho Municipal de Saúde já que, desta vez, o prazo tinha terminado. Diz que isso será divulgado no Conselho Municipal de Saúde e que serão cinco módulos de curso para que todos façam. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta se todo curso de capacitação deve ser relacionado à FIOCRUZ e a **Conselheira Maria de Fátima G. Lopes** diz que sim uma vez que há um contrato do Conselho Nacional de Saúde e que a FIOCRUZ é a provedora do Conselho Municipal de Saúde. O **coordenador da Mesa** pergunta se há mais alguma pergunta e a plenária não se manifesta. Passa-se ao próximo ponto. **5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - O coordenador da Mesa** passa a palavra aos coordenadores das Comissões do Conselho Municipal de Saúde. O **Conselheiro Adelton Gunzburger, representante do CDS da AP 4.0 e coordenador da Comissão de Saúde do Trabalhador**, conta que foi eleito coordenador desta Comissão em maio mas que a primeira reunião só ocorreu em agosto e que, sendo assim, os trabalhos estão sendo iniciados agora e informa que no próximo dia dezesseis está marcada outra. Afirma que está começando e sabe que precisa caminhar muito para fazer um bom trabalho. Diz que precisa do apoio efetivo do Conselho Municipal de Saúde para que possa ir a algum lugar. Lembra que a CIST é um braço do Conselho Municipal de Saúde e, portanto, depende dele. Fala que na próxima reunião será feita uma agenda de trabalhos, mas reitera que é preciso contar com o apoio do Conselho Municipal de Saúde. Diz que os trabalhos serão divulgados e que assim todos poderão participar e ajudar. Fala que agora entende a dificuldade da antiga coordenadora da CIST e se o Conselho Municipal de Saúde não o apoiar, não haverá condição de continuar. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** esclarece que quando o Conselheiro Adelton Gunzburger fala em Conselho Municipal de Saúde está se referindo aos Conselheiros, uma vez que a estrutura do

Conselho Municipal de Saúde em si está toda a disposição de todas as Comissões. O **Conselheiro Milton Lima, representante do CDS da AP 2.1 e coordenador da Comissão de Saúde**, fala que esta é uma Comissão que tem dificuldades de se reunir, pois os Conselheiros desaparecem e inclusive o coordenador desta reunião é membro desta Comissão e não comparece. Diz que se até o "chefão" falta, os outros também faltarão. Fala que, durante a palestra sobre doenças raras foi dito que será buscado o apoio dos hospitais federais mas afirma que vários estão sendo fechados e que duvida que algum hospital queira ficar com o que ele chama de "abacaxi" já que o trabalho só aumentaria. O **coordenador da Mesa** pede direito de resposta e fala que foi chamado de "chefão" pelo Conselheiro Milton Lima mas que não se considera nada disso e que é representante de uma Comunidade no Conselho Municipal de Saúde. Acrescenta que já solicitou que lhe seja passado as datas e horários das reuniões e que é muito difícil sair de casa tão cedo para estar no Conselho Municipal de Saúde às dez da manhã. Diz que solicitou que essa reunião fosse a tarde mas que esta solicitação não foi atendida e que agora ele é acusado de não comparecer e que isso não é justo. O **Conselheiro Adelton Gunzburger, coordenador da Comissão de Saúde Mental**, fala que a Comissão não está funcionando e que isso é culpa de seu esvaziamento por parte dos próprios Conselheiros mas que a Comissão é formada por ele e pelo Conselheiro Marinaldo Silva o que aumenta a dificuldade já que é uma Comissão inteira dependendo de apenas duas pessoas. Fala que reconhece sua incapacidade mas acha que o pleno do Conselho Municipal de Saúde deve estar ciente de que esta é uma Comissão que está paralisada por falta de apoio dos outros Conselheiros. A **Conselheira Sonia Regina G. da Silva, representante do CDS da AP 3.2 e coordenadora da Comissão de Gêneros, Raças e Etnias**, diz que pode fazer das palavras do Conselheiro Adelton Gunzburger e Milton Lima, as suas palavras uma vez a Comissão também fica esvaziada. Fala que são poucos fazendo muitas coisas e que isso já foi dito em outras ocasiões. Afirma que quando a chamaram estava no telefone e que uma pessoa que representa uma Comunidade não pode ficar com o telefone desligado. Fala que é preciso que haja renovação e que está com sessenta e três anos e que está cansada de trabalhar e nem sempre ter ajuda ou resultados. Prosseguindo, as **Comissões de DST/AIDS, Acompanhamento de Eventos de Massa e de Orçamento e Finanças** não apresentam informes. Passa-se ao próximo ponto: **6) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** Informa que receberá a Medalha Pedro Ernesto, conforme foi dito na última reunião e que isso ocorrerá dia vinte e seis de setembro, às dezoito e trinta minutos na Câmara dos Vereadores. Informa que encaminhará o convite por e-mail a todos os Conselheiros mas que o convite já o deixa registrado desde já e espera a presença de todos. Informa também que na próxima quinta feira no Palácio da Cidade, às onze horas, haverá um evento de comemoração à Lei anti homofobia, que garante os direitos dos LGBT. Informa ainda que dia dezessete, no auditório do Ministério Público, na Av. Marechal Câmara, às nove horas e trinta minutos, haverá o evento de comemoração da 4ª Jornada Científica de Doenças Neuromusculares. Passa-se ao próximo ponto. **7) Informes do Colegiado - O coordenador da Mesa** fala que são dez Conselheiros inscritos para dar os informes e pede que eles sejam breves para que o tempo possa ser respeitado. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves** diz que no início da reunião foi dito que uma determinada instituição pode pedir credenciamento para prestar determinado serviço mas que também pode pedir descredenciamento quando bem entender. Pergunta se não há um contrato que obrigue as instituições a cumprirem seus acordos. O **coordenador da Mesa** pede que este pedido seja feito por escrito uma vez que este momento é para informes. A **Conselheira Maria de Fátima G. Lopes** informa que o Ministério da Saúde quer fechar os leitos de pediatria do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB) e que esta é mais uma briga a ser travada. Informa também que viu no Diário Oficial algumas clínicas que estão saindo

do papel mas quer registrar que ainda falta a de Vigário Geral. Agradece à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde por ter tomado providências para lotar servidor administrativo no Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 e que isso tem sido muito importante para eles. O **Conselheiro Milton Lima** pede desculpas por ter chamado o Conselheiro Geraldo Batista de "chefão" e fala que este é um termo usado, normalmente, como elogio. Diz que não quis ofender e lembrou que dos Conselheiros usuários foi o único que votou nele para substituto do presidente e que isso indica seu respeito. Afirma que, em relação à Comissão de Saúde, que existe onze Conselheiros inscritos e que às vezes não aparece ninguém. Informa que no dia doze, de oito às dezesseis horas no Ministério Público Estadual, será discutida a questão das instituições de longa permanência dos idosos. Fala que este assunto também será tratado na próxima reunião da Comissão de Saúde. O **Conselheiro João Menezes** informa que, sendo substituto do titular do representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3 neste Conselho Municipal de Saúde, tem sido cobrado sobre os pronunciamentos feitos a respeito das medicações de saúde na área da AP 3.3 e que, não tendo uma resposta para satisfazer os Conselheiros vem tocar nos assuntos constantes na ata de doze de agosto de dois mil e doze, do Conselho Municipal de Saúde, onde se referiu a falta de médicos especialistas na área da AP 3.3 e também sob o pedido de fixação de cartaz informando que os clínicos devem atender às crianças na falta de pediatras nas unidades de saúde e ainda com a proposta para o Secretário de Saúde de colocar um coordenador incumbido de responder pelas UPAS. Repete que essas questões estão na ata do dia doze de agosto. Diz que, como até este momento não houve resposta a nenhuma dessas questões, solicita que o Conselho Municipal de Saúde encaminhe ao Secretário de Saúde um pedido de resposta para que a AP 3.3 não fique sem retorno. A **Conselheira Miriam Andrade** informa que foi feita uma visita ao Hospital Souza Aguiar junto com Conselheiros da AP 1.0 e que ela foi representando o Sindicato de Técnicos de Enfermagem. Diz que foram encontradas muitas dificuldades em relação aos profissionais e que eles estão cansados que é preciso aumentar os recursos humanos nas unidades. Afirma que fala enquanto representante de uma Categoria e que alguma coisa precisa ser feita. Lembra que o privado não pode trabalhar dentro do público e que isso também tem ocorrido. Diz que profissionais já foram condenados por causa de problemas que ocorrem graças às más condições de trabalho. Fala que isso ocorreu em outra unidade mas que a realidade é muito parecida em quase todos os hospitais de emergência do município. Informa que o relatório desta visita será devidamente encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde. Parabeniza a Comissão de Educação Permanente pelo trabalho que vem sendo realizado e diz que não participa quem não quer e parabeniza também os Conselheiros que participam e que estão aqui até agora. A **Conselheira Sonia Regina** informa que quer agradecer as quatro clínicas que serão instaladas na Piedade, Méier, Engenho de Dentro e Abolição. Diz que sabe que ainda faltam muitas mas que não pode deixar de reconhecer o valor dessas. Agradece também a presença do Secretário Municipal de Saúde que esteve presente à inauguração do CRAS local, que está ao lado de onde será instalada a Clínica da Família. Agradece ainda a lotação de funcionário administrativo que foi encaminhado pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima, representante do CDS da AP 2.2** informa que conseguiram reverter a transferência do IGG e que esta foi uma vitória enorme de todos. Fala que o ambulatório onde os idosos ficavam no Hospital Barata Ribeiro, está sendo retirado e que será aos poucos, mas será? Diz que está previsto para o dia vinte e nove de setembro a transferência e conta que tem ido, pessoalmente, toda semana ver como está a obra e fala que ontem esteve lá quando viu britadeiras no prédio que disseram que iria cair. Afirma que era uma coisa horrível que ia acontecer e que no Hospital Barata Ribeiro não há nem rodinhas nas camas e que só é uma maravilha

se quiserem matar os idosos e que até os que estavam caminhando e melhorando já regrediram. Conta que foi ao Ministério Público e informou que a Política Nacional do Idoso não está sendo obedecida e que isso tem que ser revisto. Fala que o Secretário de Saúde conseguiu a transferência do IGG do Barata Ribeiro para a CAP e que não tem verba para o IGG mas que o Secretário de Saúde garantiu que se for preciso, levanta-se este dinheiro. A **Sra. Sônia Rabelo de Castro** dizendo que é nova no Conselho Municipal de Saúde e que considera a reunião muito proveitosa. Fala que ficou comovida com o fato de as pessoas estarem cobrando maior participação dos Conselheiros nas Comissões e mesmo que aconteça isso em todas as Associações é preciso entender que muitas vezes a população não participa por não ver retorno. Afirma que entende que deveria haver um canal entre o usuário e o Conselho Municipal de Saúde para que se saiba as reivindicações que são feitas e para que haja retorno disso. Diz que hoje estava com a informação de que a Secretaria Municipal de Saúde fecharia o Hospital Rocha Maia e que imediatamente isso foi desmentido e que, sendo assim, é preciso cobrar que o trabalho seja bem feito. Informa que é preciso, agora, que haja uma reunião para que se saiba o que falta nesse hospital e o que é preciso para que o trabalho lá seja bem feito para que ninguém mais ache que aquela unidade está para fechar. Diz que foi dito que os leitos infantis do Hospital Geral de Bonsucesso-HGB seriam fechados e que, como o SUS é um só, e isso afeta a todos. Pergunta se não há como fazer, imediatamente uma moção onde o Conselho Municipal de Saúde se posicione contra isso e para que a Secretaria Municipal de Saúde se envolva nessa questão. Fala que é preciso informação. Diz que os "site" devem ser atualizados e dá o exemplo das atas que são aprovadas mas não estão publicadas atualizadamente. Afirma que o site do Conselho Municipal de Saúde é um dos melhores mas que pode ser ainda mais. O **Conselheiro Adelton Gunzburger** diz que quer falar sobre o Hospital Rafael de Paula e Souza. Informa que no dia dezoito protocolou uma carta ao Secretário de Saúde e lê a referida carta. Ao final fala que quem quiser uma cópia basta pedir. O **Conselheiro Geraldo Batista e substituto do Secretário de Saúde** informa que foi publicado no dia vinte de agosto de dois mil e quatorze uma declaração do Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro onde este afirma que as Associações de Moradores e não as "milícias" ou os "traficantes" estão por trás de ações que ameaçam a integridade de determinados candidatos neste período eleitoral. Fala que quando as Associações eram formadas pelo proletariado não se ouvia esse tipo de coisa. Diz que a pacificação foi discutida para melhorar a vida do povo da Zona Sul e que a Zona Oeste está abandonada não só pelo Estado como pelas Associações. Informou que a população é esquecida e que o Estado não lembra daquela área. Afirma que garças ao "Minha Casa Minha Vida" a Zona Oeste virou depósito de família uma vez que estão todos indo para aquela área mas sem nenhuma infraestrutura para isso e sem o olhar atento dos governantes. Fala que se houvesse representatividade nas Associações isso também não aconteceria mas que hoje o que se vê não é isso e que as Federações estão preocupadas em participar dos Conselhos do que em reivindicar o que se quer. Informa ainda que quando o Secretário de Segurança humilha um grupo dessa forma e não há nenhuma reação é sinal de que a representação está muito fraca e que ele mesmo distribuiu a cópia desta declaração em várias Associações. Disse que este é um desabafo e que acha que se esta declaração se referisse à Rocinha e que talvez houvesse represália mas como é com a Zona Oeste, ninguém da importância. Não havendo mais nada a ser informado é encerrada a reunião às dezessete horas e sete minutos e eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** como substituto do presidente deste Conselho Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto.